livros

«A AUTOGESTÃO»

BOURDET, Yvon e GUILLERM, Alain — *A Autogestão*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, Colecção «Universidade Moderna», 1976, 332 págs.

Este livro é a tradução portuguesa das *Clefs pour l'autogestion*, das Edições Seghers (Paris, 1975). Trata-se de uma edição feliz, porque fornece uma informação sistemática e muito clara sobre o tema, numa altura em que se discutem muito os fundamentos teóricos, as formas históricas e as experiências modernas da autogestão, sem que estejam sempre bem elucidados os conceitos utilizados, as suas origens e implicações.

Os seus autores são membros da comissão de redacção da revista *Autogestion et Socialisme* e têm uma extensa bibliografia publicada sobre aquelas questões. Yvon Bourdet dirige um seminário sobre autogestão na Escola Prática de Altos Estudos (Paris). Alain Guillerm é membro do Laboratório de Sociologia do Conhecimento.

Os pressupostos teóricos de que partem baseiam-se na ideia de que o projecto autogestionário sintetiza os conceitos fundamentais da luta dos trabalhadores pela sua *emancipação*, que podem resumir-se a quatro: *a*) o socialismo não se reduz à nacionalização dos meios de produção (que é o programa da burocracia *capitalista*); ele consiste no autogoverno dos produtores associados; *b*) a U. R. S. S. e as democracias populares não são socialistas, mas capitalistas-burocráticas; *c*) a crise actual da sociedade não resulta essencialmente da exploração, mas da *alienação* e, mais precisamente, da reificação, que o proletariado irá recusar, ao constituir-se em classe; *d*) esta negação da alienação — a autogestão — não consiste numa mera reorganização das condições de trabalho, mas na invenção de um novo tipo de actividades livremente construídas que revolucionam simultaneamente o *trabalho*, os *instrumentos de trabalho* e os *produtos*.

O livro abre com uma «Introdução», em que se traça a história do nascimento da palavra «autogestão», que é relativamente recente, na medida em que apareceu no início da década de 60 para designar o sistema jugoslavo, tendo depois sido utilizada por grupos diversos (partidos, sindicatos, círculos de estudos, etc.) até se tornar de uso corrente nos meios de comunicação de massa.

O projecto de autogestão generalizada da sociedade basear-se-ia na criação de instituições que instaurariam uma ordem supressora da divisão entre dirigentes e executantes, entre aqueles que comandam e aqueles que obedecem, entre governantes e governados. Projecto que se define como contraposto aos erros da *democracia formal burguesa*, que não realizou a igualdade social e de determinadas *democracias populares*, que suprimiram a propriedade jurídica dos meios de produção mas não concretizaram a gestão colectiva dos meios de decisão, antes permitiram a apropriação dos aparelhos por burocracias minoritárias. Neste último ponto, a hipótese converge com as de autores, de orientações teóricas e ideológicas aliás diferentes: por exemplo, Bettelheim, no seu livro *Les Luttes de classes en U. R. S. S. — 1917-1923*, critica a tese mecanicista da identificação entre as formas jurídicas de propriedade e as relações de classe, que levaria à conclusão errada de que as classes exploradoras, e com elas a luta de classes,

teriam sido banidas através da supressão da propriedade jurídica privada dos meios de produção; ele analisa, por outro lado, o modo como o Estado soviético e os seus aparelhos repressivos se reforçaram efectivamente, o que entra em contradição com a análise teórica marxista que previa a sua substituição progressiva por órgãos de auto-administração das massas. Brinton, autor de um livro recenseado nesta revista, afirma também que as relações de propriedade podem sofrer alterações profundas (estatização dos meios de produção) sem que tais modificações provoquem ou signifiquem automaticamente uma transformação radical das relações de produção.

Na I Parte, sobre as «Teorias autogestionárias», os autores procedem a um conjunto de definições comparativas da autogestão e de distinções quanto a outras noções, assim como à caracterização dos actores sociais portadores do projecto.

O primeiro conceito que se diferencia do de autogestão é o de «participação», que consiste em se tomar parte numa actividade que existe já com a sua estrutura e finalidade determinadas por outrem: trata-se de uma «heterogestão». Um exemplo concreto é o da participação nos lucros, realizada nomeadamente através da distribuição de acções das empresas aos respectivos trabalhadores, com o objectivo de integrar a classe operária no sistema capitalista.

O segundo conceito é o de «cogestão». Esta pode manifestar-se ao nível da *organização técnica do trabalho*. Neste caso, encontram-se as experiências de «alargamento das tarefas», em que se procuram ultrapassar as características repetitivas e extremamente parcelares do trabalho técnico, e as tentativas de «enriquecimento das tarefas», «rotações», «equipas autónomas» e «direcção participativa por objectivos», em que os trabalhadores alcançam uma determinada margem de autonomia na organização colectiva dos meios e instrumentos a combinar para atingir certos objectivos que permanecem alheios aos executantes. Estes processos de liberalização, normalmente de iniciativa patronal, visam interessar os operários na produção, atenuando alguns dos principais efeitos do trabalho em cadeia: desinteresse, monotonia, acidentes, instabilidade da força de trabalho, absentismo, diminuição do rendimento (desperdícios, peças mal feitas, sabotagem, travagem) [1].

A cogestão pode também situar-se a um nível mais elevado da direcção das empresas industriais: o da *política global da fábrica*. O exemplo mais conhecido é o da República Federal da Alemanha, em que os trabalhadores intervêm nos conselhos de administração. Trata-se de uma concertação não conflitual, que visa uma institucionalização das relações industriais.

O terceiro conceito é o de «controlo operário», tomado numa acepção específica: intervenção conflitual, concretizada principalmente no decurso de greves, em que os trabalhadores arrancam ao patronato concessões de que resultam melhorias das condições de trabalho. A ilustração escolhida é a da paragem da produção feita pelos operários da Fiat, em Itália, quando impuseram na prática ritmos de trabalho menos rápidos, adoptando formas de acção fortemente controladas pelas bases. Os autores consideram estas

---

[1] Para uma análise crítica mais desenvolvida destas experiências, propomos a leitura dos números especialmente dedicados ao tema, da revista *Sociologie du Travail* (1974-4 e 1976-1) e dos textos de André Gorz, D. Pignon e J. Querzola, incluídos na obra colectiva *Divisão Social do Trabalho, Ciência, Técnica e Modo de Produção Capitalista*, traduzido pelas Publicações Escorpião.

experiências como conquistas importantes do movimento operário, embora não ponham radicalmente em causa o sistema de salariato nem o papel dirigente dos capitalistas.

O modelo de transformação social mais completo consistiria na «autogestão», baseada na generalização do sistema das cooperativas, que seria uma organização nacional (ou, melhor ainda, uma federação de nações com vocação mundial) que suprimiria o capitalismo e o estatismo a favor de um conjunto de grupos igualitariamente associados segundo um plano elaborado pela conjugação das necessidades e dos desejos. Este projecto abrangeria a vida quotidiana, económica e política e possibilitaria que todos os homens praticassem efectivamente a *democracia directa* (ou a «autarquia», como lhe chamou Yvon Bourdet num livro anterior *Pour l'autogestion*): tomarem em mãos, sem intermediários e a todos os níveis, todas as actividades que lhes dizem respeito.

Na secção seguinte, contesta-se a equação tradicional: proletariado = classe operária = trabalhador produtivo, assim como as consequências «produtivistas» que dela decorrem. A análise consiste em *revelar* os novos conflitos generalizados, nas sociedades mais «desenvolvidas», a camadas contestadoras do poder dos aparelhos que as gerem: campesinato, jovens estudantes, mulheres, presos, marginais, intelectuais, minorias étnicas, etc. Ainda que não se identifiquem, pensamos que devem ser aproximadas certas observações de Y. B. e de A. G. com alguns dos textos mais recentes de Alain Touraine sobre os novos conflitos sociais nas sociedades pós-industriais.

Seguidamente, procuram-se os *fundamentos doutrinais* da autogestão, através de uma reinterpretação sistemática de alguns momentos fundamentais da história do pensamento social: as teorias da igualdade das pessoas (Descartes), o Contrato Social dos sujeitos autónomos e iguais (Rousseau), Fourier — e aqui perguntamos qual a razão da ausência de referência à obra de Saint-Simon, que defendia nomeadamente que o desaparecimento do Estado se imporia quando os produtores gerissem a indústria, altura em que «o governo das pessoas seria substituído pela administração das coisas» —, Proudhon (cuja obra é apresentada de uma forma muito crítica, mas talvez demasiadamente rápida e resumida), Marx, Bakounine, Lenine (faz-se uma contestação violenta ao centralismo democrático, à separação das vanguardas e das bases e a outros aspectos dos textos e práticas leninistas e pós-leninistas), Rosa Luxemburgo (objecto de duas obras anteriores de A. Guillerm), Pannekoek (o mais importante teórico dos conselhos operários).

A Parte II da obra — sobre a *história* da auto-organização das sociedades — é mais *concreta* (e, por isso, talvez mais convincente) do que a anterior. Descrevem-se as primeiras formas (ou seja, a pré-história da autogestão), surgidas nas sociedades ditas «primitivas», que desconheciam o Estado, na democracia de determinadas cidades gregas, nas revoltas comunalistas da Idade Média, na Revolução Francesa de 1789-93 (em que os «braços nus» procuraram organizar um poder popular «a partir de baixo», ficando os delegados das secções «sob controlo dos seus mandantes» e «revogáveis em qualquer momento»).

A Comuna de Paris (1871) é o primeiro momento histórico de uma sociedade autogerida, conhecendo casos em que os trabalhadores regulavam produção, salários, horários, condições de trabalho, etc. Seguem-se os «conselhos operários»: os sovietes na Rússia, em 1905 e 1917, na Alemanha,

na Áustria, na Itália, na Hungria, na Espanha, entre as duas guerras mundiais. Analisam-se depois as experiências de conselhos nas democracias populares: República Democrática Alemã (1953), Polónia (1956 e 1970), Hungria (1956), Checoslováquia (1968).

Trata-se de um conjunto de experiências de importância fundamental na história do movimento operário, em que se estabeleceram poderes revolucionários auto-organizados, controlados pela base, que exprimem a capacidade gestionária dos trabalhadores, ou o desejo de libertação e autonomia de minorias étnicas e culturais submetidas ao poder político central de estados que se dizem «nacionais». A sua existência é, no entanto, *efémera*. Por vezes, aparecem numa conjuntura de crise do capitalismo, que mais tarde conseguirá ultrapassar a situação crítica, reprimindo e/ou recuperando, pela via social-democrata e reformista, o movimento dos conselhos. Outras vezes, a sociedade capitalista não resiste à crise, mas o movimento operário, que conquista o poder, irá defrontar-se com as prioridades concedidas à industrialização, ao planeamento centralizado, ao desenvolvimento. A reivindicação entra em tensão com a gestão, o desejo de controlo e de democracia é condicionado pela acumulação e pelo investimento, a defesa das comunidades concretas e as utopias revolucionárias opõem-se aos novos poderes instituídos e integradores, que dão origem a aparelhos de dominação e burocráticos, que mesmo quando se dizem socialistas reprimem modelos de acção de democracia directa: o exemplo mais flagrante é o do estalinismo.

Os autores analisam seguidamente os regimes que se reclamam da autogestão: a Jugoslávia, desde 1950 e a Argélia, após 1962. São experiências reveladoras não só de alguns êxitos, como de dificuldades e limitações, mas que por isso mesmo são muito ricas de ensinamentos.

Na terceira e última parte do livro, estudam-se *as novas formas de reivindicação gestionária nos países industriais*.

As análises mais conhecidas da sociologia do trabalho (cfr. as obras de George Friedmann) demonstram o insucesso da heterogestão taylorista, as suas irracionalidades e disfunções. A «organização científica do trabalho» exclui a iniciativa dos executantes: e, no entanto, o sistema só pode funcionar e as suas dificuldades só são superadas com o concurso da habilidade, treino, criatividade e competência dos trabalhadores! As «greves de zelo» são a melhor prova de que, se os regulamentos prescritos fossem aplicados estritamente, os serviços ficariam bloqueados. Por outro lado, as tentativas modernas de reforma das condições de trabalho, que apelam para uma certa autonomia dos trabalhadores, confirmam a preocupação da classe dirigente em «recuperar e fazer justificar a autogestão invisível que já existe». O desenvolvimento da automação e da informática não impede que elas sejam orientadas em termos de servirem uma gestão ou um controlo colectivos da actividade social, ou, pelo menos, um sistema descentralizado de decisões.

Os autores procuram também analisar a significação e as orientações decorrentes dos novos temas reivindicativos, formas de acção e organização aparecidos nos conflitos industriais, principalmente a partir de 1968, em França e Itália: objectivos qualitativos (crítica da divisão do trabalho, organização, horário e condições de trabalho, liberdades sindicais, reivindicações gestionárias, anti-hierárquicas, por vezes anti-industriais), controlo dos ritmos e cadências, ocupações, comissões de greve controladas directamente pela base e não pelos aparelhos políticos e sindicais (cfr. o caso Lip)

imposição ao patronato e realização na prática de determinadas exigências, etc. São igualmente referenciados os textos de Alain Touraine sobre a evolução do sistema de trabalho e de Serge Mallet sobre a «nova classe operária», a propósito dos comportamentos reivindicativos dos trabalhadores qualificados e dos não qualificados (operários especializados); esta última categoria tem-se mantido relativamente afastada da tradição de lutas operárias, entrando no processo conflitual em anos recentes, juntamente com outras camadas até então marginais: mulheres, emigrantes, trabalhadores de origem rural, empregados, grupos intelectuais que contestam os aparelhos burocráticos e os imperativos produtivistas, etc.

O último capítulo incide sobre temas de formação cultural: a educação anti-autoritária, psicanálise e consciência de classe (com referência a textos de W. Reich), a análise institucional (corrente desenvolvida por R. Lourau e G. Lapassade).

Nas conclusões, os autores voltam a afirmar que a autogestão pode passar da utopia à realidade com a concretização do projecto de emancipação das classes exploradas e dominadas, cabendo às práticas sociais desenvolvidas por estas a clarificação desse modo de transição.

Finaliza o livro uma bibliografia muito completa sobre a história do movimento operário, teorias modernas da autogestão e experiências autogestionárias.

Marinús Pires de Lima

«OS BOLCHEVIQUES E O CONTROLO OPERÁRIO»

BRINTON, Maurice — *Os Bolcheviques e o Controlo Operário,* Porto, Edições Afontamento, colecção «O Saco de Lacraus», 1975, 211 págs.

«Gestão Operária» ou «Controlo Operário» eis o tema já de si actual e polémico que Maurice Brinton se propõe analisar, a partir da experiência histórica da Revolução Russa, no período que medeia entre 1917 e 1921, durante o qual estas questões se transformaram rapidamente num campo de conflito e de luta social e política.

De forma simples e séria, mas não menos «irreverente» (principalmente para os cânones de certo pensamento marxista), Brinton desenterra acontecimentos, posições e decisões políticas, polémicas e lutas sociais até aqui sistematicamente escamoteadas, silenciadas ou esquecidas por quantos a respeito da Revolução Russa construíram mitologias, ou por quantos, de forma *redutora,* se limitaram a reproduzir a versão e o discurso dos «vencedores».

Brinton não pretende fazer «um estudo económico da Rússia de 1917 a 1921», como ele próprio afirma, mas, tão só uma «cronologia selectiva da vida do mundo do trabalho», centrando-se fundamentalmente nas relações entre a classe operária, suas organizações (Comités de Fábrica, Sovietes, Sindicatos) e o novo Estado Soviético e o Partido Bolchevique.

Considera o autor que os problemas surgidos nos primeiros momentos da Revolução Russa «contam-se entre os mais difíceis e os mais importantes (senão mesmo *os* mais difíceis e *os* mais importantes) com que a classe operária jamais se viu confrontada.»